

*Arnaldo Ourique, jurista*

# “A sociedade açoriana, apesar do polvo, já não quer o PS”

**Como analisa, em síntese, os resultados eleitorais?**

Foi uma imagem hilariante ver a presidência bicéfala do PS-Açores na noite eleitoral: Vasco Cordeiro repetia até à exaustão que ganhou as eleições e que será o próximo presidente do governo; Carlos César de mãos juntas como que a rezar “por favor, não compare o caso nacional com o regional”. Uma imagem que ficará nos anais da história política açoriana sobre verticalidade política.

Carlos César dizia em 1994, que «Mota Amaral» «deve o seu cargo a 53% eleitorado», por isso «há uma crise de representação democrática»; mas agora com a eleição de Vasco Cordeiro com 39,1% do eleitorado ele não aceita as evidências.

Há, evidentemente, uma vitória do PS, mas ao mesmo tempo é uma enorme derrota: o PS não obteve a maioria que ajudou a arquitectar com a aprovação à última da hora da lei eleitoral que funcionou contra ele, com a incisão do voto antecipado que funcionou contra ele, com a intervenção de instituições alheias aos actos eleitorais, a Autoridade Tributária!, que funcionou contra ele, com a máquina dos serviços públicos a lutar a seu favor mas que, mesmo assim, não foi suficiente, assim como não foi suficiente a distribuição de promessas de mais dinheiro.

Se o PS tivesse feito eleições nas mesmas condições que os restantes partidos, teria perdido profundamente as eleições. Esse dado é significativo: parece indicar que a sociedade açoriana, apesar do polvo, já não quer o PS.

O grande problema – é se a oposição, toda, saberá entender isso para fazer a mudança.

O número de partidos políticos no Parlamento aumentou, isso é positivo para a democracia; no entanto, se o Parlamento é o órgão por excelência da democracia e da autonomia, ele tem falhas tectónicas, e isso poderá ser difícil.



ficil.

Por ora, os açorianos cumpriram a sua função: o número de votantes aumentou e, por isso, temos de valorizar os que votaram e não os que não puderam votar.

Apesar do novo método generalizado do voto antecipado, a abstenção é alta. No entanto esse fenómeno percorre o mundo da actualidade por um certo descrédito na democracia, pois todos os cadernos eleitorais, desde sempre e em todos os países democráticos, têm problemas próprios e em todas as eleições.

Assim como a lei da paridade obriga os partidos políticos a colocar nas suas listas eleitorais um certo número de mulheres, mas não as obriga a aceitarem tal função; do mesmo modo é impensável obrigar o cidadão a votar, tornando um dever numa obrigação, como alguns defendem, Carlos César, do PS, e André Ventura, do Chega.

**O que acha que vai acontecer nos próximos 4 anos?**

Com o esquadro que sai das eleições é possível que se façam eleições antecipadas já em 2021. E devemos preparar-nos para isso com normalidade: as eleições são sempre um meio

de melhorar a democracia. Essa dificuldade está em que os 25 deputados do PS são difíceis de crescer até aos 29 deputados (número de deputados para maioria parlamentar) – porque o BE só tem 2 deputados; e o PSD terá muitas dificuldades em fazer dos seus 21 deputados uma maioria com apoio do CDS, PPM, IL e Chega: 1º, porque estes partidos vão querer com liberdade de voto lutar pelos seus interesses partidários, 2º, porque esses partidos pensam que se vão fortalecer com essa liberdade.

Em política a união faz a força; mas a solidariedade política é uma escola de humildade e qualidade democrática.

Quero dizer: os partidos mais pequenos podem ganhar muito com a situação actual: um acordo escrito por quatro anos também oferece a esses partidos os maior projecção política e experiência, elementos que em caso de eleições antecipadas ajudam muito – quem trabalhou para o interesse colectivo.

As possibilidades são muitas.

Vejam uma entre tantas possíveis: se o PSD conseguir um acordo escrito ao centro-direita, pode governar com estabilidade; se não o conseguir, provavelmente interessa-lhe deixar que o PS minoritário governe, 1º, porque tem deputados suficientes para influenciar bastante e crescer ainda mais, 2º, porque assim resguardado, é o PS que tem de lutar para se manter.

Enfim, parece-nos que os próximos quatro anos não são quatro anos: o PS não vai querer desgastar o partido empurrando o PSD para uma maioria em eleições antecipadas; no entanto não vai querer estar exposto: é que ele, com um parlamento tão colorido, e nalguns casos radicais, terá que justificar muita coisa, mesmo do passado.

Acresce a estas dúvidas que não são poucas, o fraco sistema de governo. Imaginando que o PS forma governo: em campo entram os vencedores, PS, e

os vencidos, a oposição.

No campo não existe árbitro, os jogadores jogam sozinhos sem mediação política.

Como árbitro assistente, e, portanto, fora das linhas de jogo, está o Representante da República cuja função é meramente formal, ou seja, apenas verifica que os golos marcados pela legislação está conforme a constitucionalidade, e fica de fora todas as vivências legais e políticas para as quais não tem competência para aujizar. O segundo árbitro assistente, o Presidente da República, está fora do estádio, muito longe do relvado, nem sequer vê o jogo porque a distância e as paredes do estádio dificultam qualquer análise política; por isso as suas potenciais mensagens são irrelevantes. Entretanto os jogadores, sem árbitro, isto é, sem um órgão regional eleito directamente pelo povo assim como o é o parlamento, jogam a seu favor e com inteiro à-vontade: uns tentarão fazer um jogo limpo no interesse público, outros, porque sem fiscais de linha e sem árbitro, farão tudo ao seu exclusivo interesse.

Ou seja, a única salvação da política regional nos próximos quatro anos está em eleições antecipadas.

O sistema de governo é fraco com maioria absoluta porque permite o abuso de poder e com isso a destruição do desenvolvimento harmonioso que o arquipélago necessita; e com a actual maioria relativa o mesmo sistema é fraco porque o desenvolvimento torna-se incerto ou fica bloqueado em quezílias partidárias e sem regras políticas.

Daí que, das duas uma: ou o PSD consegue um acordo escrito com os partidos próximos e assim teremos quatro anos de governação minimamente estável; ou não o conseguindo, será muito difícil o PS chegar ao fim dos quatro anos.

[jornal@diariodosacores.pt](mailto:jornal@diariodosacores.pt)

## Cerca de 125 mil açorianos não foram votar

Cerca de 125 mil açorianos não votaram nas eleições de Domingo (mais exactamente 124.993 eleitores inscritos).

No passado Domingo votaram apenas 104 mil eleitores (45%) dos 229.002 inscritos (abstenção de 54,58%).

Foi uma abstenção menor do que há 4 anos, que se tinha cifrado em 59,16%, mas mesmo assim maior do que há 8 anos, que tinha sido de 52,1%.

O Corvo, mais uma vez, foi a ilha onde a abstenção foi mais baixa: apenas 14,84%, seguindo-se a ilha Graciosa (35,67%), Flores (36,73%), S. Jorge (43,70%), Faial (45,92%), Pico (50,26%), Terceira (53,03%), Santa Maria (55,78%) e, finalmente, S. Miguel, que continua a liderar no registo das abstenções: 55,78%.

Em S. Miguel, onde se registam os maiores abstencionistas, a liderança vai para o concelho de Vila Franca do Campo, que atingiu os 63,50%.

Seguem-se os concelhos de Lagoa (60,83%), Ribeira Grande (59,10%), Ponta Delgada (58,24%), Povoação (52,27%) e Nordeste (45,84%).

Em Vila Franca as freguesias mais abstencionistas são S. Miguel com 67,26%, e Água d'Alto, com 64,67%.

